



BLOCO GONDOMAR

NOVAS POLÍTICAS,
MELHOR FUTURO

Programa Político
para as Eleições
Autárquicas de 2021

O Bloco de Esquerda candidata-se às próximas eleições autárquicas no concelho de Gondomar com um programa forte e com objetivos muito precisos. Depois da experiência traumática da passagem de Valentim Loureiro pela Câmara, que governou para interesses financeiros e especulativos, com uma agenda populista e atolado em escândalos de corrupção, o Partido Socialista esteve 8 anos em maioria absoluta à frente dos destinos do concelho. Reconhecemos mudanças importantes na política social e ambiental, mas Gondomar anda, há muito, a marcar passo. A desigualdade territorial persiste, falta dinâmica cultural no concelho, e Gondomar é, cada vez mais, um dormitório do concelho do Porto.

Sabemos que as maiorias absolutas não se dão bem com a democracia e afastam os executivos das populações. É para quebrar a maioria absoluta do Partido Socialista na Câmara que nos apresentamos. Com uma esquerda forte, com a qual o PS seja forçado a negociar, ganham os gondomarenses.

AUTÁRQUICAS 2021

POR GONDOMAR

AGITAR GONDOMAR.

☒ **VOTA BLOCO.**

**BRUNO
MAIA**

CANDIDATO
À CÂMARA MUNICIPAL

**SARA
SANTOS**

CANDIDATA
À ASSEMBLEIA MUNICIPAL



Os desafios são muitos e por isso o Bloco apresenta uma equipa comprometida com os gondomarenses que vivem do seu trabalho. No nosso concelho paga-se caro pela água. O Bloco propôs, na Assembleia Municipal, a tarifa social automática da água. Foi chumbada, mas não desistimos desta batalha. Os nossos rios são, com frequência, poluídos por descargas das ETAR da “Águas de Gondomar” – queremos esta empresa fora do município. Face à crise económica e social que enfrentamos, proteger a habitação tem que ser uma das prioridades. Os transportes coletivos do concelho são insuficientes, queremos o metro para o Souto e criar linhas de transporte gratuito, regulares, para o interior do concelho. Não queremos mais mamarrachos na nossa marginal do rio Douro, lutaremos contra a construção de um novo hotel em Ribeira de Abade. As minas de São Pedro da Cova precisam de ser reabilitadas, não podemos esperar mais, ou só restarão ruínas. As freguesias do alto concelho, Baguim do Monte e Fânzeres e São Pedro da Cova têm deficientes respostas a nível de estruturas de apoio à infância ou aos idosos – em alguns não há creches, centros de dia ou programas de apoio domiciliário.

Queremos criar creches de oferta pública e gratuita, de acesso universal e apoiar a criação de uma rede pública de lares. Queremos uma estratégia cultural para Gondomar que assente na construção de estruturas e equipamentos culturais e estímulo à profissionalização dos grupos locais. Há cada vez mais

CÂMARA MUNICIPAL



BRUNO MAIA
Médico, 39 anos



CONCEIÇÃO SERENO
Téc. Sup. de Animação, 57 anos



JOANA COTTIM
Professora, 35 anos



JOAQUIM ESPÍRITO SANTO
Assist. Social, 63 anos



DUARTE FONSECA
Aposentado, 74 anos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



SARA SANTOS
Tradutora, 28 anos



JOÃO SILVA
Motorista, 46 anos



MARINA ROMANA
Auxiliar de Ação Direta, 46 anos



PEDRO FERREIRA
Assist. de Backoffice, 40 anos



MARIA LEBREIRO
Comercial, 26 anos



ABEL CARVALHO
Consultor, 44 anos



MARLENE SANTOS
Téc. de Secretariado, 25 anos



RITA RAMOS
Treinadora Pessoal, 26 anos



MOISÉS RODRIGUES
Professor, 62 anos

animais abandonados no concelho e as estruturas municipais existentes são insuficientes. Queremos o alargamento do canil municipal, feita de forma descentralizada e apoiar santuários de animais abandonados e maltratados. Queremos que os serviços públicos sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente da sua diversidade funcional. Queremos um concelho sem violência doméstica, mais igual e com capacidade para combater o racismo, a homofobia e a transfobia.

Só a força do voto popular pode impedir uma nova maioria absoluta na Câmara e essa força é o compromisso do Bloco para um concelho com futuro, vivo e construído com todos e todas os e as gondomarenses.

Habitação

O país enfrenta uma grave crise social e económica. Proteger a habitação tem que ser uma das prioridades de qualquer município. Portugal tem das mais baixas taxas de habitação social da Europa, o que comparativamente com o nível de riqueza de cada país, torna a habitação em Portugal um fator de desigualdade considerável. A baixa taxa de habitação social não é uma fatalidade. Os países mais ricos do norte da Europa têm taxas de habitação social muito superiores. A aposta na habitação para todas e todos é uma aposta no futuro com retorno para a economia e para o bem-estar dos e das cidadãos/ cidadãs.

Gondomar tem 3356 fogos de habitação social num total de 74.173 (INE – Instituto Nacional de Estatística, 2019), o que representa 4,5% de habitação social. Por comparação, o concelho do Porto tem 5,1% de habitação social, sendo que Gondomar tem um nível salarial 17% abaixo da média salarial da área metropolitana do Porto (trabalhadores por conta de outrem, 2016). De acordo com a Câmara Municipal de Gondomar (CMG), em 2020: “Agregados identificados como em carência habitacional no Município: indicamos os dados obtidos para o levantamento do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU): 53 núcleos/ 324 fogos/ 191 agregados familiares”. A habitação social já existente no concelho tem sido esquecida e acumulam-se os bairros em estado de degradação avançada e sem qualquer preocupação com a eficiência energética dos edifícios.

O Primeiro Direito é um programa estatal, cuja origem foi impulsionada pelo Bloco de Esquerda no parlamento e que prevê que, através de acordos de colaboração com o IHRU, os municípios recorram a múltiplos instrumentos para realojamento de famílias em condições habitacionais precárias – subarrendamento, reabilitação e nova construção, com financiamento central. A CMG já assinou um protocolo de colaboração com o IHRU, mas tardou em apresentar a sua Estratégia de Habitação Local – fundamental para ter acesso ao programa.

A Lei de Bases da Habitação (artigos 21 a 25), prevê a existência de mecanismos como o Conselho Local de Habitação, a Carta Municipal da Habitação, definição de zonas urbanísticas em

situação de pressão habitacional, Relatório Municipal da Habitação, quotas de habitação acessível ou condicionada em novas construções e a implementação de uma política de solos e de ordenamento do território que garanta a existência de solo e edificado disponível para habitação. Todos estes mecanismos têm que ser colocados em prática no nosso conselho, de forma a garantir o acesso justo à habitação de todos os gondomarenses.

É imprescindível que se ponha em prática a Reserva de Habitação Social para as pessoas com deficiência. A partir do ano de 2014 passou a ser exigida, por lei, a acessibilidade integral dos edifícios de habitação a construir, atendendo às necessidades das pessoas com deficiência (rampas de acesso ao edifício, campainhas luminosas, elevadores acessíveis para as pessoas com mobilidade reduzida, entre outros). Encontrar uma habitação acessível é difícil e a que existe é de construção recente, com custos de aquisição ou arrendamento muito mais elevados, dificilmente suportados pelos munícipes. Desse modo, deverá existir um contingente de habitação acessível, de promoção pública, reservado exclusivamente a pessoas com deficiência.

A Câmara de Gondomar, no início do mandato que agora termina decidiu aumentar a taxa de IMI. Em 4 anos, esse aumento rendeu mais 14 milhões de euros, que saíram dos bolsos dos gondomarenses. O Bloco exige que esses milhões sejam investidos nos cidadãos de Gondomar, reabilitando casas e apostando na eficiência energética dos edifícios do concelho.

Propostas do Bloco para a habitação:

- ✓ **Aumentar a habitação pública e torná-la mais justa e acessível, utilizando o previsto no programa Primeiro Direito e na Lei de Bases da Habitação;**
- ✓ **Criar quotas obrigatórias de 25% de habitação acessível em novas construções;**
- ✓ **Travar despejos e assegurar uma regulação transparente e justa no acesso à habitação;**
- ✓ **Reabilitar as casas inseridas em habitação social de forma a terem uma correta eficiência energética;**
- ✓ **Criar a reserva de habitação social para pessoas com deficiência;**

- ✓ Criar um observatório da habitação que diagnostique problemas habitacionais em todo o concelho;
- ✓ Inventariar todo o património habitacional do conselho, reabilita-lo e criar uma bolsa de imóveis públicos geridos em modelo regulado de renda pública;
- ✓ Acabar com os períodos mínimos de residência no território municipal, como condição para acesso à habitação pública, que discrimina migrantes ou outras populações deslocadas;
- ✓ Criar o gabinete do provedor do inquilino;

Ambiente

Água

Os gondomarenses pagam caro pela água, sendo das taxas mais elevadas do país. O encargo médio nacional com o abastecimento de água, o tratamento de águas residuais e resíduos urbanos é de 25,07 euros, ao passo que em Gondomar é de 36,53 euros, mais 36% do que a média do país. O Bloco de Esquerda propôs, na Assembleia Municipal, a automatização da Tarifa Social da Água, o que permitiria baixar o seu preço a quase 15.000 gondomarenses – atualmente há 13.512 gondomarenses com Tarifa Social de Energia Elétrica e 1068 com a Tarifa Social de Gás Natural. Essa proposta foi chumbada. Não desistimos desta batalha. Em Lisboa, o Bloco conseguiu aprovar a tarifa social automática da água. Não compreendemos porque em Gondomar há-se ser diferente. Lutaremos na Câmara e na Assembleia Municipal desde o primeiro minuto, ao lado das populações e dos movimentos de cidadãos, que se têm revoltado com os elevados preços que têm de pagar pela água.

O abastecimento de água e o tratamento de águas residuais foram concessionados a uma empresa privada, a Águas de Gondomar, ainda em 2001 quando Valentim Loureiro era Presidente da Câmara. Valentim Loureiro renegociou o contrato em 2009. Em 2014, já com o Partido Socialista à frente da Câmara, houve uma nova renegociação, desta feita sem modificação de prazos, que

alterou a taxa de rentabilidade do contrato, de 11,57% para 9,9%, mas que não trouxe alívio para as tarifas cobradas pela água que os gondomarenses consomem. O contrato termina em 2029.

A empresa privada que gere as águas do nosso concelho cobra preços exorbitantes aos gondomarenses e é também a responsável pela má gestão das ETAR. A ETAR de Gramido tem feito múltiplas descargas poluentes no rio Douro de águas residuais não tratadas e é responsável por frequentes períodos de maus cheiros que têm incomodado os moradores. Também sobre o rio Tinto têm sido feitas descargas poluentes ocasionais e são frequentes os maus cheiros, a partir da ETAR do Meiral. A empresa argumenta que estas descargas são feitas em pico de caudal mas na verdade ocorrem durante todo o ano, mesmo no verão, quando os caudais estão no mínimo. Em 2016, estas ETAR receberam um investimento de 8 milhões de euros para reabilitação, com uma participação significativa de fundos europeus. O Bloco de Esquerda em Gondomar propôs ainda uma inspeção à ETAR de Melres, responsável no verão passado por descargas diretas para o rio, que está até hoje na gaveta do executivo. A empresa argumenta que são lamas de “tratamento” não poluentes mas a própria Câmara Municipal reconhece as descargas poluentes repetidas e formalizou uma queixa à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ao SEPNA (a brigada de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR) contra a empresa Águas de Gondomar por crime ambiental. Em sequência de descargas anteriores, a autarquia já tinha emitido vários avisos à empresa. O próprio Presidente da Câmara sublinha a gravidade da situação em declarações à comunicação social: “De facto, isto está a ultrapassar tudo aquilo que é razoável e aceitável. Poderá estar aqui em causa um crime ambiental”.

Estas descargas são, efetivamente, crimes ambientais reiterados, perpetrados por uma empresa que tem recebido milhões de fundos europeus. Não podemos mais tolerar isto. Na Câmara e na Assembleia Municipal defenderemos que sejam desencadeados os procedimentos legais necessários à rescisão do contrato com as Águas de Gondomar e seja municipalizada a empresa. Só assim teremos rios limpos e água que todos e todas possamos pagar.

Propostas do Bloco para a água:

- ✓ **Automatização imediata da tarifa social da água;**
- ✓ **Iniciar os procedimentos legais com vista à rescisão do contrato com a empresa Águas de Gondomar, justificado em crimes ambientais reiterados, com consequente municipalização da empresa;**

Politica de resíduos

A Câmara Municipal de Gondomar optou por entregar a recolha dos resíduos urbanos à empresa Rede Ambiente. Esta empresa é propriedade do grupo Terris e está, desde Maio de 2021, instruída como arguida, tal como alguns dos seus altos gestores, num megaprocesso de corrupção – o “ajuste secreto”. A acusação é de corrupção ativa, favorecimentos e manipulação de contratos públicos, que envolve múltiplos autarcas de todo o país, incluindo 3 funcionários da Câmara de Gondomar.

Perante a crise climática, a gestão dos resíduos urbanos deve priorizar políticas de gestão e redução de resíduos que tenham como objetivo uma justa transição ecológica e energética e não o lucro.

Propostas do Bloco para os resíduos:

- ✓ **Promover o sector dos resíduos como serviço público;**
- ✓ **Garantir medidas de tarifário social e medidas de redução de resíduos e de criação de alternativas de consumo;**
- ✓ **Criar um serviço de recolha seletiva de resíduos orgânicos e criar zonas descentralizadas de compostagem;**
- ✓ **Garantir que as receitas da Taxa de Gestão de Resíduos são distribuídas para programas de melhoria do setor dos resíduos;**
- ✓ **Criar comissões de acompanhamento das estruturas de tratamento e armazenamento de resíduos com a participação da população, de associações ambientalistas e de universidades.**

Proteger os rios do concelho

O rio Ferreira tem sido vítima frequente de descargas sem tratamento, a partir da ETAR da Arreigada, no concelho de Paredes. Durante dois anos, esta ETAR esteve a descarregar águas residuais sem tratamento na zona de Lordelo, Paredes. O próprio Ministro do Ambiente reconheceu que este era um dos piores problemas ambientais do distrito. Entretanto, foram já investidos 5 milhões de euros na reabilitação desta ETAR, mas ainda assim as descargas mantêm-se. Também o rio Sousa tem tido problemas periódicos de poluição e já se registaram vários episódios de peixes mortos na zona de Recarei, Paredes. Apesar do cerne do problema não estar no nosso concelho, estas descargas fluem por Gondomar. A autarquia tem a obrigação de denunciar e solucionar este problema junto dos seus parceiros intermunicipais.

A zona ribeirinha de Gondomar

O projeto de construção de um hotel na marginal do Douro, em Ribeira de Abade, foi um erro. O novo hotel situar-se-ia em zona inundável da Reserva Ecológica Nacional e privaria os moradores da zona daquele espaço comum junto ao rio. A Inspeção-Geral da Agricultura veio tornar o projeto insustentável. A sua suspensão é uma vitória das populações de Gondomar que se mobilizaram contra o hotel e o Bloco esteve sempre ao seu lado. Não esquecemos que a Câmara emitiu todos os licenciamentos para a sua construção e ainda não revogou o projeto arquitetónico. Por isso estaremos atentos, prontos a defender o nosso espaço comum junto ao rio Douro. Não queremos mais mamarrachos na nossa linha marginal.

A história do Hotel em Gramido tem contornos curiosos. A construção do hotel, conforme foi projetado, é feita em terrenos que são domínio público hídrico, em leito de cheia e pertencentes à Reserva Ecológica Nacional (REN). Estes fatos foram confirmados por várias entidades: Capitania do Porto do Douro, a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, e determinaram que a Comissão Coordenadora Distrital e Regional (CCDR) do Norte emitisse dois pareceres negativos sucessivos em julho de 2007 e Fevereiro de 2008, o primeiro por construção em leito de cheio e pertença dos terrenos à REN e o segundo já apenas por construção em REN. No entanto, surge um 3º parecer, desta vez positivo, 3 meses depois, da mesma CCDR-Norte, a autorizar a construção do hotel, sem que os problemas iniciais tenham sido resolvidos.

O papel da Câmara Municipal neste processo foi duvidoso: as obras para a construção da unidade hoteleira junto ao rio Douro foram aprovadas pela CMG em 2016, a que se seguiu a emissão do alvará de construção em 2019. A CMG emitiu todas as licenças e defendeu a construção do hotel. Em Abril de 2021, a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território tornava a suspensão da construção do hotel inevitável, considerando todas as licenças inválidas.

Entretanto, a população residente na zona criou um movimento cívico contra a construção do hotel, pelo direito à zona ribeirinha e pelo direito à sua vista de rio. Não tiveram eco na Câmara Municipal. Marco Martins chegou mesmo a afirmar que “os moradores compraram as casas, não compraram as vistas”. O Bloco participou nas iniciativas públicas e apoiou este movimento desde o início. Foram feitas várias intervenções na Assembleia Municipal e os deputados do Bloco na Assembleia da República também questionaram o Ministro do Ambiente e Ação Climática a este respeito. A deputada municipal Sara Santos escreveu no jornal Vivacidade: “a memória paisagística existe, e é um direito a quem vive e pode vir a viver em Gondomar. Não somos contra as construções de hotéis, mas que estes possam ser feitos na legalidade sem afetar o ambiente ou as pessoas que vivem nos locais”.

De acordo com o estudo “Forland” da Universidade de Lisboa, Gondomar é o concelho do país com maior índice de risco associado a cheias, riscos não só ambientais mas também sociais. Esta fragilidade do concelho tornam a construção deste hotel ainda mais incompreensível.

Propostas do Bloco para as marginais do concelho:

- ✓ **Criação de um plano de prevenção que aposte na educação e preparação dos gondomarenses para as situações de cheia;**
- ✓ **Criação de um plano hídrico municipal que inclua a renaturalização das encostas e a colocação de sistemas de alerta, em caso de cheia;**
- ✓ **Proibição de construção de grande edificado nas marginais dos rios;**

As minas de São Pedro da Cova

As instalações das minas de carvão e o seu respetivo cavalete em São Pedro da Cova são, provavelmente, o maior património histórico que o concelho tem e estão em risco de ruína iminente. As minas foram abandonadas há 50 anos, tendo sido ocupadas pelos trabalhadores das minas em 1975, que criaram o Centro Revolucionário Mineiro. Entretanto, o edificado tem-se vindo a degradar, sem qualquer intervenção realizada ao longo das últimas décadas. O cavalete foi já considerado património nacional, no entanto a única alteração visível foram as luzes noturnas. A ruína e a degradação do complexo mantiveram-se ao longo dos últimos 8 anos do executivo do PS.

Durante quase 200 anos, os homens entravam para dentro da terra para trabalhar na escuridão, praticamente nus, tal era o calor da mina. As mulheres que ficavam cá fora trabalhavam dias inteiros de joelhos, a partir o carvão, eram as britadeiras, a quem pagavam o que queriam e quando bem entendiam, porque eram mulheres. Uns e outros foram vítimas das minas, não só pelo pó do carvão que provocava silicose e matava os mineiros, mas também pelos frequentes acidentes que ocorriam e estão registados, nos quais os mineiros ficavam soterrados, corpos que ainda hoje estão naquelas escombreyras. Respeitar a memória de exploração destes trabalhadores e trabalhadoras passa por reabilitar o complexo existente e a área envolvente.

A Câmara Municipal já apresentou um projeto que inclui um complexo museológico e centro interpretativo, com uma entrada para o Parque das Serras do Porto. No entanto, o projeto não foi orçamentado para 2021, estando prometido apenas no orçamento plurianual – 1 milhão de euros em cada ano de 2022 e 2023. Ou seja, só depois das eleições talvez o projeto avance. Para já ficam as típicas promessas eleitorais.

Exploração mineira em Melres/Medas

Está em curso um pedido de licenciamento para exploração mineira de ouro na serra da Banja. Esta serra é partilhada pelos concelhos de Gondomar, Paredes e Penafiel e é local de realização de “trails” desportivos. No passado, já existiram aqui minas mas estão atualmente ao abandono. Restam ainda antigos poços não sinalizados e prolifera a monocultura do eucalipto na

área envolvente. O Bloco recusa a exploração mineira da serra da Banja e defende que seja reabilitado o património mineiro daquela região e criado um centro museológico interpretativo.

Incêndios

De acordo com o relatório de execução do PDM (Plano Diretor Municipal) 2015-2020, em Gondomar o crescimento da despesa com o ambiente é inferior ao da área metropolitana. Gondomar tem vindo a aumentar a sua área ardida e o risco de incêndios, e tem hoje uma taxa de eucaliptização de 69% da área de floresta.

Propostas do Bloco para o combate aos incêndios:

- ✓ **Desenvolver uma política de aquisição de terrenos para concretizar povoamentos com espécies arbóreas autóctones, como forma de servir de “tampão” à proliferação de monoculturas, especialmente do eucalipto, potenciando assim a proteção dos solos, o incremento da biodiversidade e a diminuição do risco de propagação de incêndios;**
- ✓ **Promover o associativismo florestal e o ordenamento florestal biodiverso, como medidas de maior resiliência aos incêndios;**

Transição climática

A crise climática é a maior ameaça que enfrentamos e compromete a nossa sobrevivência. O poder local e os municípios têm um papel fundamental na promoção de políticas que contribuam para a redução da emissão de gases com efeitos de estufa. Gondomar é um concelho propenso a algumas das mais significativas consequências das alterações climáticas, nomeadamente pelas cheias e pelo risco de incêndios florestais.

Propostas do Bloco para o combate às alterações climáticas:

- ✓ **Aprovação duma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, fixando metas para a redução das emissões de CO2 e outros gases com efeito de estufa;**
- ✓ **Garantir que os edifícios da autarquia atingem a neutralidade climática em 2030;**

- ✓ Promover compras ecológicas no sector municipal, garantindo ciclos de produção-consumo curtos e métodos sustentáveis de produção;
- ✓ Intervir no parque habitacional da autarquia para garantir eficiência energética dos edifícios;
- ✓ Propor programas de produção descentralizada de energias renováveis no edificado;
- ✓ Defender a aposta na massificação dos transportes públicos e em mecanismos tarifários que potenciem o seu uso;
- ✓ Substituir progressivamente o parque automóvel municipal, abandonando veículos total ou parcialmente movidos a combustíveis fósseis;
- ✓ Plantar novas áreas verdes em meio urbano como sumidouro de carbono, regulação da temperatura e da qualidade do ar;
- ✓ Proteger e reabilitar as galerias ripícolas dos cursos de água e proteger os recursos hídricos;
- ✓ Criar zonas de biodiversidade e de retenção natural da humidade como charcas e manchas florestais diversas;
- ✓ Implementar medidas de proteção das abelhas e outros polinizadores;
- ✓ Abolir o uso de glifosato;
- ✓ Implementar normas de construção sustentável, nomeadamente de isolamento térmico e de produção de energia renovável descentralizada, de sistemas de ventilação e de aproveitamento das águas pluviais;

Mobilidade

Cerca de 1/3 dos gondomarenses saem todos os dias do concelho para irem trabalhar ou estudar. Mas o concelho tem uma fraca rede de transportes públicos, com poucas alternativas. O interior do concelho encontra-se particularmente excluído, com escassas e irregulares linhas de transporte. As novas vias rápidas construídas exigem pagamento de portagens para quem circula dentro de Gondomar. A grande maioria do concelho não beneficiou sequer do metro do Porto e espera há muitos anos por uma linha que chegue ao centro do concelho.

A promoção da mobilidade leve deve ser uma preocupação da CMG. A criação de vias pedonais e ciclovias é importante para a mobilidade e para a qualidade de vida dos gondomarenses. Existem em Gondomar numerosos caminhos abandonados, alguns vandalizados e transformados em lixeiras, que poderiam ser recuperados e mantidos, contribuindo para melhorar a mobilidade. A circulação pedonal dentro do concelho não deve esquecer os passeios sem obstáculos, que facilitem a circulação de peões, com ou sem dificuldades de mobilidade.

Propostas do Bloco para a mobilidade:

- ✓ **Criação de linhas de transporte gratuito e regulares para o interior do concelho;**
- ✓ **Fim das portagens na A43;**
- ✓ **Introdução da modalidade de “transporte a pedido” para as populações envelhecidas do interior do concelho e para todos os gondomarenses com limitação da mobilidade;**
- ✓ **Redução tarifária nos transportes públicos dentro do concelho, até à sua gratuidade;**
- ✓ **Aumento significativo da rede de ciclovias e, ao mesmo tempo, de sistemas públicos de bicicletas partilhadas, garantindo a sua gratuidade;**
- ✓ **Concretização da linha de metro para o Souto;**
- ✓ **Promover a intermodalidade dos transportes públicos coletivos e dos modos ativos de mobilidade;**

Combate à crise

O país vive hoje uma crise social e económica. Cresce o desemprego, o número de trabalhadores/as sem apoio no desemprego ou com significativos cortes nos salários e estão cada vez mais vulneráveis os trabalhadores com vínculos laborais precários. Entre os pensionistas, 16% estão em risco de pobreza, muitos vivem em isolamento e há cada vez mais pessoas em situação de sem abrigo.

Em Gondomar, o ganho médio mensal no concelho é 17% inferior ao da Área Metropolitana do Porto (AMP) e 18% inferior à média nacional. A percentagem de inscritos como desempregados nos centros de emprego são superiores às observadas na AMP e a nível nacional. As freguesias do alto concelho, Baguim do Monte e Fânzeres e São Pedro da Cova têm deficientes respostas a nível de estruturas de apoio à infância ou aos idosos – em alguns não há creches, centros de dia ou programas de apoio domiciliário. Há meio milhar de famílias por realojar e muita gente em perigo de perder a sua casa. Os trabalhadores da cultura estão especialmente vulneráveis desde o início da pandemia. Pensar a política social para o nosso concelho implica estabelecer prioridades aos mais vulneráveis e procurar dar respostas estruturais, de longo prazo e não caritativas. As políticas sociais são uma aposta no futuro e no desenvolvimento do concelho que têm retorno ao nível da economia local e do bem-estar das populações.

Propostas do Bloco na área social:

- ✓ **Aumentar os apoios sociais para mitigar as consequências da pandemia na vida das pessoas;**
- ✓ **Assegurar a alimentação de quem não tem capacidade financeira, utilizando as escolas do concelho e as estruturas de apoio aos idosos como forma de diagnóstico das situações e via de resolução das mesmas;**
- ✓ **Apoiar o comércio local, dinamizando plataformas municipais on-line que garantam a entrega de bens essenciais em casa das pessoas mais vulneráveis, em articulação com as associações e IPSS do concelho;**

- ✓ Criar um programa de monitorização da pobreza que permita identificar, a cada instante, as famílias e pessoas em risco;
- ✓ Garantir a abertura de “centros de alojamento de emergência” para pessoas em situação de sem abrigo, assegurando refeições, higiene pessoal e apoio na saúde; implementar soluções de “Housing First - Casas Primeiro” adequadas e suficientes às necessidades;
- ✓ Criar uma rede de cuidadores municipais para apoio às pessoas dependentes, em articulação com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde e com o Centro de Emprego e Formação Profissional;
- ✓ Desenvolver programas de apoio aos cuidadores informais, seja em formação ou apoio material financeiro;

Trabalho

O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) demonstrou que o Estado, nas suas várias dimensões, empregava milhares de trabalhadores precários. O Bloco de Esquerda esteve na linha da frente, também a nível municipal, na exigência da integração dos trabalhadores precários nos quadros das autarquias. Apesar do avanço que o PREVPAP representou, o combate à precariedade é uma tarefa permanente, também das e dos autarcas do Bloco de Esquerda.

Propostas do Bloco para o combate à precariedade:

- ✓ Insistir no recenseamento dos trabalhadores precários do município e das entidades do respetivo Setor Empresarial Local e regularização de todas as situações, de acordo com a legislação aprovada pela Assembleia da República para os Municípios Portugueses;
- ✓ Aplicação de um mecanismo que permita excluir de apoios públicos, benefícios fiscais ou isenções de taxas do município, todas as entidades que recorram a trabalho precário;
- ✓ Rever o atual edital camarário sobre a abertura de estabelecimentos comerciais. Os centros comerciais beneficiam de horários de funcionamento alargado, que implicam um número

considerável de trabalhadoras/es; O pequeno comércio local deve ser protegido da voracidade dos grandes espaços comerciais, pelo que as autorizações para construção de novas superfícies devem ser reduzidas;

Educação

As desigualdades no acesso à educação em Gondomar refletem a desigualdade territorial do concelho. A Carta Educativa, encontra-se com uma execução de 16 das 70 propostas, correspondendo a uma taxa de execução de 23%. Não há berçários em Baguim do Monte, Foz do Sousa e Covelo, Melres e Medas ou na Lomba. Há apenas um berçário privado em Fânzeres e São Pedro da Cova. Não há creches na Lomba e em Melres e Medas, há apenas uma em Foz do Sousa e Covelo e uma creche privada em Baguim do Monte. Em 2018, o Bloco chamou a atenção do executivo camarário para o fato de nenhuma sala de pré-escolar ter sido construída de novo e nenhum jardim de infância ter sido requalificado.

A pandemia da Covid-19 veio reforçar as dificuldades que existem no nosso parque escolar: sobrelotação das escolas, que não permite a distância física aconselhada pela Direção Geral de Saúde; mau isolamento térmico das salas de aula; iluminação pouco adequada, ignorando os óbvios ganhos ambientais e económicos, se fosse feita de forma natural. As escolas gondomarenses devem assumir um papel central na exemplificação de como o local tem um papel central no combate às alterações climáticas, adotando formas eficientes e ecológicas de captação de energias limpas, nomeadamente através da energia solar, possibilitando poupanças significativas.

As consequências da pandemia vão para além dos défices de aprendizagem e atrasos no acompanhamento das atividades letivas. Muitas crianças e jovens foram e são vítimas de problemas mais amplos e marcantes no seio familiar, incluindo situações de violência doméstica, carência económica grave, despejos, perda de familiares, entre outras. As escolas são o local privilegiado para identificar, sinalizar e procurar soluções para muitos destes problemas, pelo que é necessário o

reforço dos mecanismos de apoio e das equipas multidisciplinares existentes nos agrupamentos, com a alteração dos rácios e o reforço de psicólogos, assistentes sociais e mediadores culturais.

As escolas devem ser espaços de inclusão e interculturalidade, fundamentais para a coesão social. Todos os alunos e alunas devem ainda ter direito a uma aprendizagem plena da língua portuguesa, fundamental para o quebrar de barreiras e para uma inclusão plena.

Propostas do Bloco para a educação:

- ✓ **Criação de creches, de oferta pública e gratuita, de acesso universal. É inadmissível que hoje se pague mais para ter um filho numa creche do que na universidade;**
- ✓ **Reforço dos mecanismos e recursos do programa Escola Segura, que deve trabalhar em conjunto com os mediadores culturais de cada escola, para ajudar a promover um ambiente escolar mais saudável, tolerante e inclusivo;**
- ✓ **Reforçar a formação de assistentes operacionais com funções de ação educativa no que se refere aos alunos e alunas com necessidades educativas especiais;**
- ✓ **Contrariar a opção política pela concessão das cantinas das escolas a empresas privadas, o que ocasionou uma degradação da qualidade e da quantidade das refeições servidas; aos trabalhadores das empresas concessionárias devem ser facultados mecanismos que tornem possível a sua transição para o domínio do emprego público, de forma a evitar ruturas nos serviços das escolas.**

Cultura

Não há democracia sem acesso à cultura. A pandemia da Covid-19 foi especialmente dura para os profissionais da cultura. O cancelamento e o adiamento de espetáculos, certames e de toda a atividade cultural, tem criado uma situação de incerteza e de rutura financeira. Estes profissionais viram-se subitamente sem rendimento, tendo muitos ficado de fora das medidas excecionais implementadas pelo Governo.

A Gondomar falta uma estratégia para a cultura. Existem muitos coletivos de promoção e dinamização cultural em todo o concelho, quase todos sem fins lucrativos e a funcionar com voluntariado. A agenda cultural funciona em modo “reativo” às iniciativas destas organizações. Não existem salas de cinema municipais, as salas de teatro são praticamente inexistentes e os grandes espetáculos contam apenas com auditórios inespecíficos que servem múltiplos propósitos. A divulgação da cultura é fragmentária, com uma fraca conexão entre os vários elementos culturais.

Apesar disso, o concelho tem abundantes artistas, músicos, bandas, grupos que, com fracos apoios e muita vontade têm mantido a cultura viva. A Câmara Municipal tem, nestes agentes, uma riqueza inestimável que deveria aproveitar não apenas com “apoios” mas sobretudo com uma estratégia de desenvolvimento de um pólo cultural concelhio, em parte profissionalizado, que tornasse Gondomar um centro de produção de cultura do Norte do país.

Propostas do Bloco para a cultura:

- ✓ **Criação de uma estratégia cultural para Gondomar, plurianual, que assente em dois pilares fundamentais: construção de estruturas e equipamentos específicos – nomeadamente teatro municipal e cinema municipal; estímulo à profissionalização dos grupos municipais em diferentes áreas – teatro, orquestra, ateliers de artes visuais;**
- ✓ **Construção de um espaço “multiusos” cultural no centro do concelho, que disponibilize ateliers para artistas, ateliers multimédia, oficinas artesanais, escritórios para grupos de**

produção cultural, salas de ensaios para artes performativas, bandas ou outros grupos, sedes e/ou pontos de encontro e divulgação para as várias coletividades do concelho;

- ✓ **Emancipar a cultura, garantindo a democratização da participação cultural, através da promoção de fóruns de debate descentralizados e construção participativa da agenda cultural do concelho;**
- ✓ **Promover a utilização dos espaços das escolas, fora do horário escolar, em articulação com as estruturas culturais;**
- ✓ **Garantir, no caso de eventos cancelados ou adiados, a remuneração prevista e atribuir apoios de emergência, de carácter extraordinário e transitório, destinados a proteger a atividade cultural e criativa local e a minimizar os prejuízos sofridos pelos respetivos agentes (artistas, técnicos, mediadores e estruturas), em situações de efetiva paragem ou redução da atividade;**
- ✓ **Manter os compromissos contratualizados e de financiamento assumidos com associações, cooperativas ou micro e pequenas empresas para a realização de eventos culturais, desportivos, de animação turística ou outros, que tenham sido cancelados ou adiados;**
- ✓ **Regularizar os falsos recibos verdes, integrar os trabalhadores precários e garantir o pagamento aos trabalhadores independentes que desenvolvam atividade em equipamentos culturais tutelados pela autarquia ou nos quais a autarquia tenham uma participação;**

Animais do concelho

Têm crescido nas redes sociais os grupos de apoio a animais do concelho. Isso tem um motivo: há muitos animais abandonados e as estruturas municipais são insuficientes. O canil municipal tem apenas espaço para 10 cães, o que é manifestamente insuficiente para as necessidades. Existem múltiplos grupos voluntários que fazem um trabalho extraordinário de acolhimento de animais abandonados, como os “Animais de Quinta” e a “Vivanimal”. Infelizmente, o apoio da Câmara Municipal tem sido escasso.

A responsabilidade relativa ao bem-estar de animais de companhia, errantes e assilvestrados é dos municípios. No caso do nosso concelho, bem podemos chamar-lhe irresponsabilidade, dada a quantidade inaceitável de animais abandonados e sem apoio do executivo camarário.

Propostas do Bloco para o bem-estar animal:

- ✓ **Alargamento da estrutura do canil municipal, feita de forma descentralizada no concelho;**
- ✓ **Promoção e apoio de santuários de animais abandonados e maltratados;**
- ✓ **Criação da figura do provedor municipal dos animais;**
- ✓ **Repensar as funções inerentes ao papel do veterinário municipal de forma a dar resposta às necessidades da população de Gondomar no cuidado dos seus animais de estimação, perante a existência de recursos financeiros comprovadamente insuficientes;**
- ✓ **Apoio às associações de bem-estar animal do município, nomeadamente no fornecimento de ração para evitar ruturas de stocks;**
- ✓ **Identificação das colónias de gatos existentes no município, proteção e manutenção das mesmas em condições de habitabilidade e alimentação dignas;**
- ✓ **Alargamento e aumento da frequência das iniciativas de esterilização ao animais abandonados e silvestres para controlo populacional;**
- ✓ **Criação de apoios aos cuidadores de animais com dificuldades económicas ou em isolamento profilático no domicílio;**
- ✓ **Apoio veterinário básico aos albergues animais do concelho;**
- ✓ **Criação de parques animais em jardins públicos;**
- ✓ **Inclusão das estruturas de albergue de grande número de animais nos planos de emergência municipal para situações de eventual necessidade de socorro em caso de desastre ou catástrofe.**

Cidadãos sénior

Quase um quarto da população portuguesa tem mais de 65 anos, sendo esta uma das faixas etárias mais atingidas pela pobreza, sobretudo as mulheres. Combater o isolamento e a solidão dos mais idosos deve ser uma prioridade dos autarcas. A maior parte das respostas sociais dirigidas à mitigação dos problemas da terceira idade são de natureza privada, ou via setor social não lucrativo ou via privada com fim lucrativo. Gondomar não é exceção. Não há centros de dia para idosos em Melres e Medas, e há apenas um em Baguim do Monte, Fânzeres e São Pedro da Cova, Foz do Sousa e Covelo e Lomba. Foz do Sousa e Covelo e Lomba não têm programas de apoio domiciliário. Não há lares em Fânzeres e São Pedro da Cova, Foz do Sousa e Covelo e Melres e Medas.

Gondomar aderiu ao projeto cIDADES, da Organização Mundial da Saúde, que, entre muitas propostas, pressupõe aposta na criação de passeios antiderrapantes, serviços de apoio domiciliário de qualidade, edifícios bem sinalizados, uma rede de transportes públicos eficaz, inclusão dos idosos nas atividades da comunidade ou formação sénior. Infelizmente, sabemos bem que estamos longe de termos um concelho pronto para os seus cidadãos mais velhos.

Propostas do Bloco para os +65:

- ✓ Criar mecanismos de identificação de pessoas idosas em situação de isolamento social e criar programas de telemonitorização para pessoas isoladas com apoio ao domicílio associado;
- ✓ Garantir que os programas de reabilitação urbana, elaborados pela autarquia, têm atenção privilegiada às habitações dos munícipes seniores, adaptando-as arquitetonicamente à fase de envelhecimento e dotando-as de eficiência energética;
- ✓ Dar prioridade ao policiamento de proximidade que, em articulação com as juntas de freguesia, USF ou Centros de Saúde, permitam a sinalização de seniores em risco de violência, de solidão ou de pobreza extrema;

- ✓ Criar o balcão de apoio à informação digital na 3ª idade, responsável pelo acesso a serviços municipais e de saúde, com apoio na marcação de consultas, no pedido de receituário, incrementando a relação digital com os serviços;
- ✓ Criação ou implementação de um sistema de telecuidado público, articulado com o SNS;
- ✓ Investimento público na implementação de soluções de habitação e de coabitação sénior;
- ✓ Criação de um sistema de transporte municipal gratuito, preferencialmente elétrico, para deslocações aos serviços de saúde e para distribuição de medicamentos;
- ✓ Criação de programas de formação para seniores para aquisição de competências e aumento da literacia no uso das tecnologias de informação, permitindo o acesso à tele-saúde e a consultas à distância;
- ✓ Acompanhar e solicitar a fiscalização rigorosa dos lares, centros de dia e serviços de apoio domiciliário;
- ✓ Criação de um serviço de pequenas reparações domésticas, da responsabilidade da Câmara Municipal (canalizações, instalações elétricas, janelas, etc.) com a finalidade de reduzir os acidentes domésticos e contribuir para a poupança de água e de eletricidade;
- ✓ Distribuição intensiva e gratuita de máscaras à população sénior ou com morbilidades associadas;
- ✓ Apoiar a criação de uma rede pública de lares, com especial prioridade ao alto concelho e às freguesias onde ainda não existem estas respostas;
- ✓ Criar o serviço de transporte a pedido para populações rurais do alto concelho;

Saúde

A pandemia da Covid-19 veio tornar evidente que nenhuma política pública, seja nacional ou local, pode esquecer a promoção e a prevenção da saúde. A promoção de uma comunidade mais saudável e resiliente não só aumenta o bem-estar das populações, como é um fator crucial no desenvolvimento económico. As políticas locais devem aumentar a qualidade de vida dos seus habitantes, seja no proporcionar de melhores condições ambientais e sociais, seja na colaboração ativa e concreta com os serviços do Serviço Nacional de Saúde. Urbanismo, Mobilidade, Habitação

e Ambiente são determinantes sociais da saúde de uma população e por isso, propostas nestas áreas devem ter em conta a Saúde no seu planeamento e execução.

Propostas do Bloco para a saúde:

- ✓ **Fazer o diagnóstico das condições estruturais dos Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar do concelho (estado dos edifícios, eficiência energética, acessibilidades) e desenvolver um programa de reabilitação e construção de estruturas adaptadas à necessidade dos cuidados primários de saúde;**
- ✓ **Desenvolver um serviço de transportes para os centros de saúde, criando linhas regulares nas freguesias de maior população e transporte a pedido no alto concelho;**
- ✓ **Criar programas de literacia em saúde nas escolas e associações desportivas/recreativas com componente forte de prevenção, com sessões descentralizadas e comunitárias, que incluam os temas da prevenção rodoviária, promoção da saúde mental, promoção da saúde sexual e reprodutiva;**
- ✓ **Promover a alimentação saudável em escolas e creches;**
- ✓ **Disponibilizar apoio logístico e infraestrutural para a criação de resposta na área da Saúde Oral por parte do SNS;**
- ✓ **Apoiar a fixação de médicos de família e enfermeiros nas estruturas do SNS do concelho;**
- ✓ **Fazer o diagnóstico ao conforto térmico do parque habitacional e desenvolver programas de intervenção, tendo em vista a redução do impacto do calor e do frio extremos;**
- ✓ **Apoiar o pagamento da energia em contextos habitacionais que sejam sinalizados como prejudiciais à saúde;**
- ✓ **Criar balcões de apoio ao acesso ao SNS por parte de migrantes, disponibilizando informação em diferentes línguas;**
- ✓ **Promover rastreios de infeção por VIH nos vários locais públicos do concelho, divulgar informação sobre os locais de atendimento, nomeadamente locais dirigidos a populações vulneráveis, e promover ações de sensibilização no concelho para o problema da discriminação associada ao VIH;**

Igualdade

Igualdade de género

A violência doméstica e de género é o principal problema de segurança no nosso país. A desigualdade de género manifesta-se em aspetos sociais, culturais, políticos e económicos e revela-se numa maior carga de trabalho doméstico imposta às mulheres. No total, a média de trabalho doméstico não remunerado acarreta um acréscimo de 4h23m de trabalho diário para as mulheres e de 2h38m para os homens. A diferença salarial entre homens e mulheres em 2018 era de 16,3%.

A política local desempenha um papel importante na promoção da igualdade e o Bloco de Esquerda assume este combate como eixo prioritário da sua campanha. Gondomar tem um plano para a igualdade e não discriminação e uma conselheira local para a igualdade. No entanto, os números da violência no nosso concelho permanecem inaceitáveis. De acordo com a “Silêncio Quebrado”, só no primeiro semestre de 2019, chegaram às suas instalações 84 mulheres vítimas de violência do nosso concelho.

Propostas do Bloco para combater a violência de género:

- ✓ **Criação de um gabinete municipal de atendimento, apoio e encaminhamento das vítimas de violência doméstica;**
- ✓ **Garantir apoio telefónico e atendimento presencial às vítimas de violência doméstica, de forma a reforçar respostas de emergência;**
- ✓ **Apoio à formação profissional e à procura de emprego para mulheres que saem de casas-abrigo, através da inclusão das vítimas de violência doméstica nas prioridades de atribuição de fogos de habitação municipal ou da disponibilização de outros fogos para arrendamento a custos controlados;**

LGBTI+

A discriminação de pessoas LGBTI+ manifesta-se de muitas formas: no reconhecimento das suas identidades, na exclusão familiar ou laboral, estando as pessoas trans especialmente vulneráveis. A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 “Portugal + Igual”, que tem como algumas das suas linhas orientadoras a interseccionalidade, a territorialização e a promoção de parcerias, deve ser enquadrada pela existência de um plano municipal de combate à discriminação das pessoas LGBTI+, que promova a segurança, igualdade, autodeterminação, empoderamento e inclusão social. O plano municipal deve intervir em várias áreas como a saúde, a violência, o contexto escolar, o desporto, a empregabilidade, a interculturalidade e o espaço público.

Propostas do Bloco para combater a discriminação de pessoas LGBTI+:

- ✓ **A criação de um centro municipal LGBTI+ com disponibilidade de atendimento nas áreas da violência e discriminação, empregabilidade, saúde e apoio integral para pessoas trans;**
- ✓ **Celebrar o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia - 17 de Maio, visibilizando as pessoas, as entidades e as reivindicações LGBTI+;**
- ✓ **Abrir um apartamento de autonomização para jovens LGBTI+ vítimas de violência, com condições de acessibilidade;**
- ✓ **Organizar jornadas e formações sobre questões específicas (incluindo saúde mental, estigma, VIH, uso de substâncias, deficiência, envelhecimento), envolvendo associações, profissionais de saúde, forças de segurança e respostas na área social e do envelhecimento;**
- ✓ **Criar elementos gráficos de visibilização de apoio à diversidade nas instituições de saúde, cultura, desporto, atendimento social, apoio a vítimas de violência, serviços na área do envelhecimento, respostas na área da deficiência;**
- ✓ **Criar um espaço para informação e apoio na área da redução de riscos associados a consumos de drogas e práticas sexuais, com informação específica dirigida a pessoas LGBTI+;**
- ✓ **Organizar sessões de sensibilização e intervenção educacional através da disseminação de informação sobre os temas dos direitos humanos, cidadania, igualdade, diversidade, orientação sexual, homossexualidade, bissexualidade, identidade e expressão de género e**

biologia sexual entre professores e alunos do 1º ao 12º ano, com recurso a formadores e/ou pares;

Combate ao racismo

Um estudo do “European Social Survey” revelou que mais de 62% dos portugueses manifestam alguma forma de racismo. A isto, acresce-se a existência de manifestações de racismo e de xenofobia, estruturalmente enraizadas nas instituições e na sociedade, que levam à discriminação das pessoas afrodescendentes, ciganas e de outras comunidades racializadas.

Propostas do Bloco para o combate ao racismo e à xenofobia:

- ✓ **A elaboração de planos municipais para a integração de migrantes e de combate à discriminação, com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para as respostas específicas e adaptadas nas diversas áreas como a violência, o contexto escolar, a empregabilidade e a aquisição de habitação condigna;**
- ✓ **A formação e contratação de mediadoras e mediadores escolares oriundos das populações racializadas, nomeadamente da população cigana;**
- ✓ **A divulgação de medidas de combate ao racismo e à xenofobia através de jornadas e formações;**

Um concelho para todas e todos

O Bloco em Gondomar empenhará todas as suas energias em defender uma política de urbanismo que cumpra as regras de acessibilidade inclusiva e promova um espaço público confortável e mais seguro, melhorando a iluminação pública e privilegiando um policiamento de proximidade, em alternativa ao modelo da videovigilância e a aposta na rede de transportes públicos e na garantia do direito à mobilidade, recorrendo a meios transportes adaptados e de proximidade, consoante o público alvo e as necessidades locais.

Queremos assegurar que os serviços públicos sejam acessíveis a todas as pessoas com deficiência, eliminando barreiras arquitetónicas, disponibilizando serviços de interpretação em Língua Gestual Portuguesa/guia-intérprete gratuitos para os munícipes Surdos/Surdos de baixa visão, e colocando faixas no piso, com textura e cor diferenciadas para facilitar o percurso às pessoas cegas.

Defendemos a realização de um estudo para a caracterização sócio-demográfica da população com deficiência no município de Gondomar. Não se pode otimizar nem desenhar medidas autárquicas eficazes na área da deficiência sem conhecer a realidade da população. Os dados recolhidos nas operações censitárias não são suficientes para uma caracterização sócio-demográfica que corresponda à especificidade exigida. Um exemplo desta necessidade é o que se passa com a comunidade Surda. Estima-se que em Portugal existam cerca de 120.000 pessoas com algum grau de perda auditiva, sendo cerca de 30.000 os Surdos falantes nativos de Língua Gestual Portuguesa, na sua maioria Surdos severos e profundos. No entanto, este número é especulativo. Os dados recolhidos nas operações censitárias anteriores não são precisos, pelo que é imprescindível estabelecer outra metodologia de recolha desta informação e o município de Gondomar poderá ser um dos pioneiros nesta intervenção.

O acesso à informação e ao lazer é uma necessidade básica na vida de todos e todas nós, pelo que deve ser assegurada a existência de plataformas acessíveis em Língua Gestual Portuguesa, legendagem e audiodescrição nos espaços culturais do município.

Ser parte integrante de um processo de inclusão é aceitar que a diversidade tem lugar na nossa sociedade. Segundo a Constituição da República Portuguesa, desde 1997, a Língua Gestual Portuguesa é uma língua oficialmente reconhecida no nosso país.

Propostas do Bloco para uma escola inclusiva:

- ✓ Assegurar a aprendizagem da Língua Gestual Portuguesa no 1º ciclo em todas as escolas públicas do município, enquanto Atividade de Enriquecimento Curricular;
- ✓ Promover a Língua Gestual Portuguesa como disciplina opcional no Ensino Secundário para os alunos ouvintes de todas as escolas públicas do município.

